



COMITÉ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO

O CERCO DO OURO

Garimpo ilegal, destruição
e luta em terras Munduruku

RESUMO EXECUTIVO – ABRIL DE 2021



O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e luta em terras

Munduruku é uma publicação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração

Brasil, abril de 2021 – Primeira Versão

Coordenação do estudo: Luiz Jardim Wanderley e Luísa Molina

Autoras: Ailén Vega, Laize S. C. Silva, Luísa Molina e

Rosamaria S. P. Loures

Conselho do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil

CTP – Comissão Pastoral da Terra – Nacional

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

JnT – Rede Justiça Nos Trilhos

MAM – Movimento Pela Soberania Popular na Mineração

PoEMAS – Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia,

Mineração, Ambiente e Sociedade

Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração

Secretaria Operativa:

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

JnT – Rede Justiça Nos Trilhos

MAM – Movimento Pela Soberania Popular na Mineração

PoEMAS – Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia,

Mineração, Ambiente e Sociedade

Comunicação: Kátia Visentainer

Design gráfico: Usha Velasco

Fotos: Arquivo Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ



<http://emdefesadosterritorios.org/>



@Comiteminerao



@em_defesa_dos_territorios



@emdefesadosterritorios



COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO

Apoio:



SOBRE OS AUTORES

LUIZ JARDIM WANDERLEY (coordenação) – Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense e no Programa de Pós-Graduação em Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

LUÍSA P. MOLINA (coordenação, pesquisa e redação) – Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/DAN/UnB), mestre pelo mesmo programa (2017) e graduada em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia na UnB (2010). Desenvolve pesquisa junto ao povo Munduruku no médio Tapajós (PA), atuando também como colaboradora e assessora técnica da Associação Indígena Pariri, desse mesmo povo. Membro do Laboratório de Antropologias da T/terra (T/terra/CNPq), tem como enfoque analítico as relações dos Munduruku com a terra e o território, tomando-as como base para reflexões antropológicas acerca dos efeitos de atividades extrativistas e dos riscos implicados no que os indígenas chamam de “projetos de morte”, voltados para a região do Tapajós.

AILÉN VEGA (pesquisa e redação) – Doutoranda em Geografia na Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA) com ênfase em Estudos de Ciências, Tecnologia e Sociedade (CTS) e graduada em Geografia e Economia Política da mesma universidade (2012). Realiza pesquisa na região do Vale do Tapajós, com interesse nos impactos da extração mineral sobre a saúde das comunidades indígenas e tradicionais da região. Desde 2016 colabora com a Associação das Comunidades de Montanha e Mangabal, especialmente com o processo de autodemarcação do Projeto Agroextrativista Montanha e Mangabal, levado a cabo pelos beiradeiros em parceria com o povo Munduruku do médio e alto Tapajós. Colabora também, em ações pontuais, com o povo Munduruku.

LAIZE S. C. SILVA (pesquisa e redação) – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (PROCAM/IEE/USP). Mestre em Ciências pela USP (2015) e graduada em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Pará (UEPA, 2010). Pesquisou os efeitos da exposição ao mercado na dependência e diversidade de consumo de produtos florestais não madeireiros por povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira e boliviana. Participou de projeto de pesquisa sobre análise de pressões e dinâmicas de resistência sobre a Terra Indígena Sawre Muybu, do povo Munduruku, na região do médio Tapajós. Atualmente investiga as transformações da atividade garimpeira e a alteração nos modos de vida de populações beiradeiras no alto Tapajós (PA).

ROSAMARIA S. P. LOURES (pesquisa e redação) – Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/DAN/UnB), mestre em Ciências Ambientais pela UFOPA (2017) e graduada em Agronomia na UFVJM (2009), realizou pesquisas junto a povos indígenas e comunidades tradicionais em regiões de Minas Gerais, Bahia e Pará. Atualmente atua como pesquisadora na região do alto e médio Tapajós. No mestrado, realizou pesquisa etnográfica junto ao Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ, com o qual desenvolve trabalhos desde 2013. Colabora com as demais associações do povo Munduruku e faz parte da Assessoria Técnica da Associação das Mulheres Munduruku Wakoborũn desde fevereiro de 2018.

Introdução

Este resumo executivo é uma versão reduzida do relatório homônimo, desenvolvido ao longo de seis meses por quatro pesquisadoras com atuação prévia no vale do Tapajós. Trata-se da apresentação do caso emblemático da Terra Indígena (TI) Munduruku, no escopo do complexo e multifacetado problema da garimpagem de ouro realizada (ilegalmente) no interior de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas.

Localizada no alto curso do rio Tapajós, sudoeste do Pará, e habitada tanto por comunidades Munduruku e Apiaká como por indígenas em isolamento voluntário, a TI Munduruku está localizada na margem direita do rio Tapajós, com uma área de 2.382 mil hectares. Junto com a TI Sai Cinza (também no alto Tapajós) e com a TI Kayabi (no baixo Teles Pires), essa Terra Indígena abriga cerca de 145 aldeias Munduruku. Há ainda terras Munduruku no médio Tapajós: as TIs Sawre Muybu e Sawre Ba'pin, e as reservas indígenas Praia do Índio e Praia do Mangue. Atualmente, a população Munduruku conta com cerca de 14 mil pessoas.

**Guerreiros em
fiscalização
autônoma da TI
Munduruku, 2018**



Highlights

Destacamos a seguir alguns pontos centrais desta nota técnica:

1 O avanço da exploração garimpeira nas terras indígenas (TI) habitadas pelo povo Munduruku no alto Tapajós é explicitado pelo aumento expressivo do desmatamento.

Só em 2020, áreas equivalentes a mais de dois mil campos de futebol foram desmatadas nas TIs Munduruku e Sai Cinza, no alto Tapajós. Segundo o INPE, a TI Munduruku perdeu, nesse ano, 2.052 ha de floresta. O número é ainda mais alto do que o da área desmatada em 2019, quando 1.835 ha de floresta foram perdidos e a TI Munduruku foi apontada pelo INPE como a sexta terra indígena mais desmatada do Brasil. A TI Sai Cinza, vizinha dela e também habitada pelos Munduruku, apresentou no mesmo período um salto assustador nesse sentido: passou de 16 para 304 ha desmatados, de 2019 para 2020.

2 Pesquisas indicam níveis preocupantes de mercúrio na população Munduruku do vale do Tapajós. A exposição ao metal se dá principalmente pela ingestão de peixes, base da dieta indígena. As principais origens da contaminação por metilmercúrio — forma mais perigosa desse metal — no Tapajós são atribuídas à garimpagem. Os danos da contaminação à saúde são diversos (neurológicos, imunológicos, digestivos etc.), e possivelmente irreversíveis.

Em 2018, foi estimado por perícia que a garimpagem despeja no rio Tapajós sete milhões de toneladas de rejeitos por ano – sendo o mercúrio parte expressiva desses rejeitos (GEISER, 2018). Depois de liberado no rio, o mercúrio é metilizado por bactérias, transformado em metilmercúrio (MeHg) e eventualmente transportado na cadeia alimentar. Essa é uma das fontes de contaminação no contexto amazônico. O MeHg tem excepcional capacidade de bioacumulação e biomagnificação, além de atravessar a barreira hematoencefálica, a placenta e a glândula mamária, afetando o sistema nervoso de adultos e também de recém-nascidos.

Um estudo da Fiocruz e da WWF junto aos Munduruku da TI Sawre Muybu (médio Tapajós, município de Itaituba), publicado em 2020, detectou níveis de mercúrio em todos os indígenas. Seis em cada dez participantes da pesquisa (57,9%) tinham níveis de mercúrio acima de limites seguros, segundo Basta e Hacon (2020). Nas terras Munduruku do alto Tapajós, pesquisadores notaram que 99,09% das 109 pessoas estudadas apresentaram níveis de mercúrio superiores a 10µg/L no sangue (o limite de exposição

aceitável segundo a OMS) — com 53,6% mostrando níveis entre 50-100 µg/L (MENESES et. al., no prelo). Nos dois estudos, as pessoas com os níveis mais altos de metilmercúrio no corpo eram aquelas que moravam nas áreas mais afetadas pelo garimpo.

3 A intensificação da atividade garimpeira tem gerado um surto alarmante de malária entre os Munduruku do alto e médio Tapajós. A malária aparece entre as comorbidades que podem agravar quadros de Covid-19.

Dados do Ministério da Saúde indicam que, de 2018 para 2020, os casos da doença entre os indígenas passaram de 645 para 3.264. O período coincide com surtos de garimpo e aumento das invasões nas terras indígenas. Nota-se ainda que em 2019 Jacareacanga (onde estão localizadas as TIs Munduruku e Sai Cinza) figurou entre os municípios brasileiros com maior incidência de malária, segundo o índice IPA (Incidência Parasitária Anual), utilizado pela OMS e pelo Ministério da Saúde. Segundo estudos realizados em julho de 2020, a malária é uma comorbidade que pode agravar quadros de Covid-19 (REDE PRÓ-YANOMAMI E YE'KWANA, 2020).

4 A disseminação da Covid-19 entre os Munduruku do alto Tapajós coincidiu com o aumento da pressão sobre as suas terras para exploração aurífera em 2020. Em um ano foram registradas 31 mortes em decorrência dessa doença.

Em menos de um ano, os Munduruku perderam 31 parentes para a pandemia de Covid-19: homens, mulheres e crianças. Para os indígenas, a disseminação da doença no alto Tapajós está diretamente ligada ao aumento expressivo das invasões garimpeiras nas TIs Munduruku e Sai Cinza. Intensificaram-se, ao mesmo tempo, o trânsito de não-indígenas na área e o aliciamento de homens e mulheres Munduruku para a garimpagem — aumentando a exposição desses indígenas ao vírus, tanto nos garimpos como nas cidades de Jacareacanga e Itaituba.

5 A própria Fundação Nacional do Índio contribuiu para a inserção de garimpeiros na TI Munduruku, na década de 1980. Nos anos 1990, técnicos do órgão indigenista registraram a existência de um garimpo ilegal nessa TI, que segue ativo até os dias de hoje. O dono desse garimpo nos anos 1990 — liderança do movimento garimpeiro na região do Tapajós — é ligado a um delegado da Polícia Federal que foi preso em 2020 por acusações de vender informações a donos de garimpo do Tapajós.

Em 1986 (período da famosa “corrida do ouro na Amazônia”), a Funai chegou a enviar um técnico para estudar as possibilidades de instalar na área um maquinário de garimpo denominado “chupadeira” (FUNAI, 1986). Além disso, há registros da atuação de um Posto Indígena (PI) da Funai como um dos principais pontos de venda de ouro no alto Tapajós (BURKHALTER, 1982). Em 1993, estudos da Funai registraram a existência do garimpo Nova Esperança – instalado, segundo a própria Funai, depois da interdição da área da TI Munduruku –, cujo dono era Luís Barbudo (RODRIGUES, 1994, p. 112). Esse garimpo continua ativo na região. Barbudo, liderança do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem Regional, seguiu com a atividade garimpeira dentro de terras indígenas no vale do Tapajós, e em 2017 teve uma balsa destruída em operação contra exploração ilegal de ouro em área protegida. A ação foi seguida de represália contra um repórter da Folha de São Paulo que acompanhava o Ibama na ocasião – com abertura de inquérito por parte de um aliado de Barbudo, o delegado da PF Alexandro Cristian dos Santos Dutra, que em 2020 foi preso por acusações de vender informações a donos de garimpo do Tapajós.

6 A atividade garimpeira nas terras indígenas do vale do Tapajós tem perfil empresarial e é apoiada por uma rede de atores com expressivo poder aquisitivo e capital político. De empresários locais a deputados federais e senadores, esses atores vêm ganhando espaço na agenda do primeiro escalão do Executivo e do Legislativo federal desde 2019. Em setembro desse ano, tiveram uma das suas principais demandas atendidas: o fim da destruição de maquinários de garimpo ilegal flagrados em operações de fiscalização.

Os donos de garimpo nos dias de hoje são fato empresários (uma classe distinta dos garimpeiros): tiveram, por exemplo, capacidade de repor em questão de dias as retroescavadeiras destruídas em operações de fiscalização das TIs Munduruku e Sai Cinza (em 2018 e 2020). Esse fato foi testemunhado e relatado por indígenas, que têm mostrado como o principal grupo responsável pela exploração ilegal nessas TIs, chamado Boi na Brasa, tem articulado um pesado esquema de aliciamento de indígenas por meio de pagamento de quantias de dinheiro, doação de equipamentos de garimpo e entrega de cestas básicas, entre outros. Há também suspeitas, por parte de informantes da região, de que o grupo esteja por trás de diversos protestos a favor da regularização da garimpagem em terras indígenas, segundo lideranças Munduruku. O grupo de empresários foi alvo da operação Bezerro de Ouro I, realizada em agosto de 2020, com o intuito de desarticular essa organização criminoso. Além desses atores, há ainda empresários, advogados e vereadores de Itaituba ligados

à atividade e ao lobby realizado em seu favor. Somam-se a esse lobby figuras históricas no movimento garimpeiro no Brasil (como José Altino Machado e Antonio Feijão), além de deputados federais – como Joaquim Passarinho (PSD-PA) e José Medeiros (PODE/MT) – e senadores da República – como Zequinha Marinho (PSC-PA) e Wellington Fagundes (PL/MT). Esses parlamentares têm articulado agendas com representantes do primeiro escalão do Executivo federal (incluindo diversas agendas com o vice-presidente da República) desde setembro de 2019. Também garantiram encontros entre o lobby garimpeiro e os presidentes do Senado e da Câmara Federal em 2020.

7 Os Munduruku vêm denunciando ao poder público as invasões às suas terras desde 1987. Fizeram sucessivas tentativas de acionar os órgãos competentes para retirar os invasores, protocolando denúncias para o MPF desde 2010. Somente em 2018 foram realizadas operações de fiscalização e combate à garimpagem ilegal nas TIs Munduruku e Sai Cinza. As operações foram insuficientes e falharam em garantir a proteção das lideranças contra represálias de garimpeiros. O problema se repetiu em 2020.

Em 2010, os Munduruku passaram a protocolar as denúncias junto ao MPF, com detalhes sobre a atuação de garimpeiros ilegais em suas terras. Em 2017, e a partir de nova denúncia dos indígenas, o MPF interpelou os órgãos fiscalizadores, que agiram somente depois de acionada a Justiça Federal, em operação de fiscalização e combate à garimpagem ilegal nas terras Munduruku do alto Tapajós, realizada em abril de 2018. A operação, chamada Pajé Brabo I, não inviabilizou a continuidade da exploração aurífera ilegal no território: indígenas relatam que uma semana depois os donos de garimpos enviaram novas máquinas para repor aquelas destruídas pelo Ibama. Tampouco foram tomadas medidas voltadas para a proteção de lideranças contra represálias dos grupos envolvidos na garimpagem ilegal. As ameaças de morte aos indígenas contrários à atividade cresceram imediatamente após a Pajé Brabo I. O problema se repetiu em 2020, com as operações realizadas na região. Com isso, conclui-se que é necessário requalificar e reforçar as operações, para garantir a sua eficácia e reduzir os efeitos aos indígenas que estão à frente da proteção dos seus territórios.

8 A garimpagem ilegal no vale do Tapajós tem gerado uma escalada preocupante nos conflitos da região e na insegurança dos indígenas. Garimpos dentro das terras indígenas põem em intensa circulação armas, drogas e bebidas alcoólicas, além de promover a exploração sexual de mulheres. Desde 2018, as principais lideran-

ças indígenas contrárias à mineração vêm sofrendo ameaças de morte; o programa governamental para proteção de defensores de direitos humanos foi ineficaz no auxílio a essas lideranças. As associações indígenas que se opõem à exploração ilegal de ouro também têm sofrido represálias. Em 2021, a sede de uma dessas organizações foi destruída por garimpeiros em Jacareacanga.

Os Munduruku vêm denunciando a existência de prostíbulos junto aos garimpos instalados ilegalmente em suas terras, além do intenso armamento dos indígenas aliciados por garimpeiros e da circulação de drogas e bebidas alcoólicas nas terras indígenas. A escalada dos conflitos envolvendo garimpeiros e indígenas contrários à mineração fez com que lideranças ameaçadas de morte procurassem o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), política federal então vinculada à Secretaria de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos. Mas a assistência, por parte do programa, estava muito aquém da realidade e das necessidades das lideranças, que não receberam um acompanhamento de fato e pouco mais de um ano depois solicitaram seu desligamento do PPDDH. Em 2020, uma dessas lideranças precisou se exilar de sua aldeia, com toda a família, por terem se intensificado ainda mais as ameaças contra a sua vida. Em 2021, garimpeiros não-indígenas e uma minoria de indígenas aliciados atacou a sede das organizações Munduruku contrárias à mineração – destruindo móveis, documentos e depredando a fachada do prédio (MPF, 2021d). Os indígenas relataram às pesquisadoras que a tensão na região havia chegado a patamares inéditos, com a notável escalada no acesso a armamentos por parte dos garimpeiros, somada a um discurso de ódio contra as organizações que atuam contra as invasões às TIs.

9 Os Munduruku promovem ações contra a exploração ilegal de ouro em suas terras desde 1987. Por não contarem com o auxílio dos órgãos competentes, e apesar dos diversos riscos implicados, em 2014 passaram a realizar ações autônomas de fiscalização territorial – que se repetiram em 2018 e 2021. Além disso, têm publicado diversas cartas ao poder público e à sociedade brasileira (28 delas analisadas neste relatório), e realizado ações em Brasília e nos municípios de Jacareacanga e Itaituba.

Há diferentes frentes de atuação dos Munduruku no que toca às lutas contra a devastação promovida pelo garimpo no alto Tapajós: denúncias ao poder público, à sociedade nacional e a órgãos internacionais; organização de atos, reuniões e encontros sobre o tema; e expedições autônomas de vigilância dos territórios. Quanto às primeiras, nota-se que as denúncias

remontam pelo menos ao ano de 1987, quando os Munduruku enviaram uma carta ao então presidente José Sarney. No que tange aos atos, reuniões e encontros, vale ressaltar que em 2018 foi realizada na aldeia Praia do Índio, por iniciativa das organizações de base do povo Munduruku e dos seus vizinhos beiradeiros no médio curso do rio (das comunidades de Montanha e Mangabal), uma audiência pública sobre exploração aurífera no Tapajós e os seus impactos, que contou com cerca de 300 participantes, entre indígenas, beiradeiros, pesquisadores, MPF, ICMBio, Funai e parceiros. Destaca-se também a jornada de protestos e manifestações contra a proposta de regularizar a mineração e os garimpos em TIs, levada a cabo pelos Munduruku em Jacareacanga, Itaituba e Brasília entre setembro e dezembro de 2019 (ANGELO, 2019; CIMI, 2019a, 2019b, 2019c).

10 O povo Munduruku tem desde 2014 o seu próprio protocolo de consulta, que indica como, onde e com quem devem ser realizadas oitivas relacionadas a projetos de lei, “empreendimentos” e medidas afins que afetem as comunidades Munduruku. É esse documento, e apenas este, que deve reger qualquer iniciativa dessa natureza.

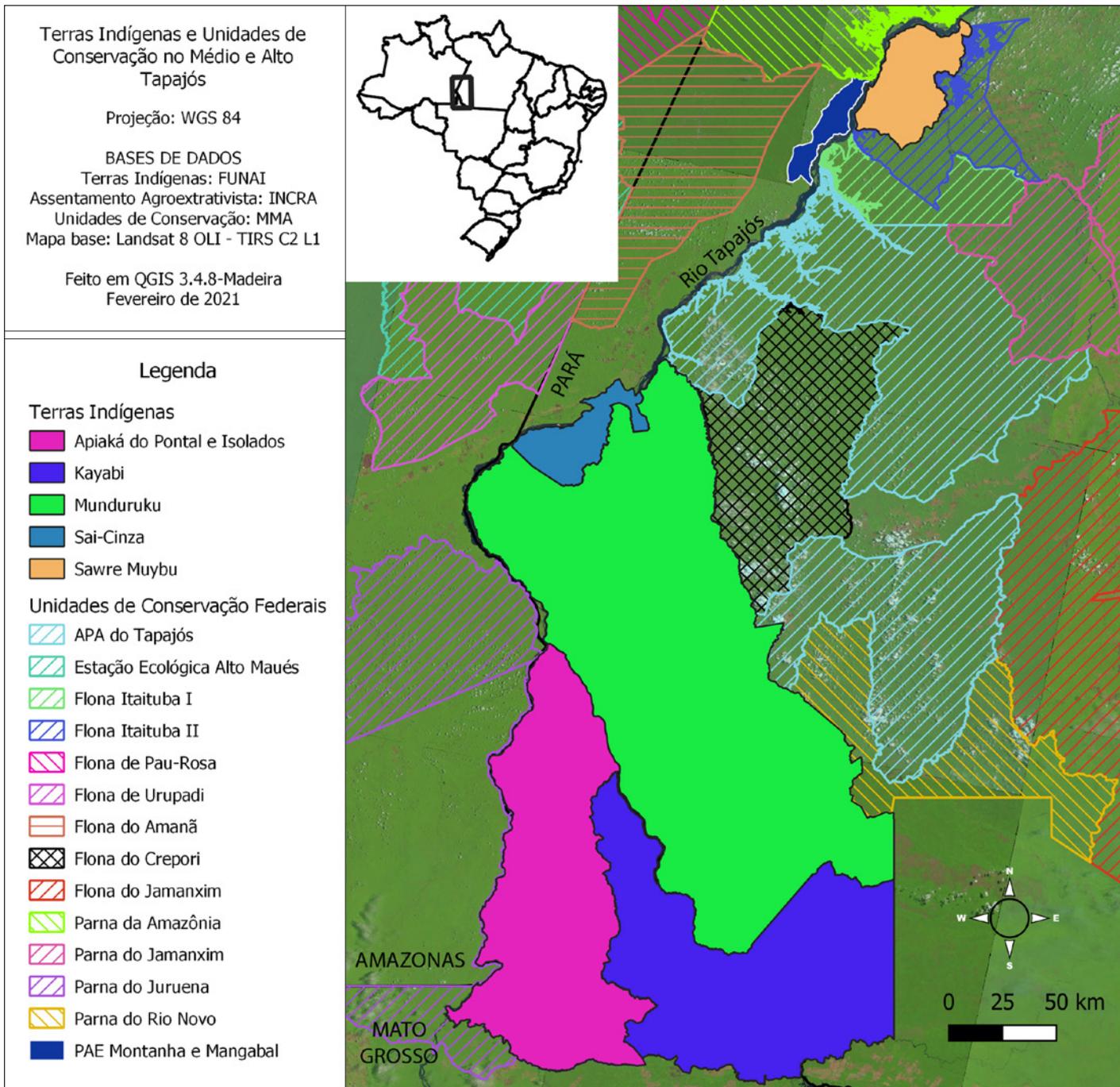
Ao contrário do que afirma uma minoria aliciada de indígenas favoráveis à garimpagem ilegal, somente o coletivo mais amplo do povo Munduruku pode responder a proposições e projetos que afetam as suas comunida-



Guerreiras Munduruku colocam placas nos limites da Terra Indígena

des. O Protocolo de Consulta Munduruku indica claramente como, onde e com quem a consulta livre, prévia e informada (de acordo com a Convenção 169 da OIT) deve ser realizada. É importante notar que esse protocolo é uma expressão legítima da autodeterminação Munduruku; tanto processos de consulta prévia como a aferição dos efeitos e impactos da garimpeagem ilegal devem seguir as determinações dos Munduruku, expressas no seu protocolo de consulta (MUNDURUKU, 2014a).

Terras Indígenas Munduruku (área do estudo)



Elaboração: Arthur Serra Massuda, 2021.



Acima: retroscavadeira (PC) entrando ilegalmente na região do rio das Tropas, 2018
Abaixo: fiscalização autônoma do território (Igarapé Mapari, TI Munduruku, 2018)



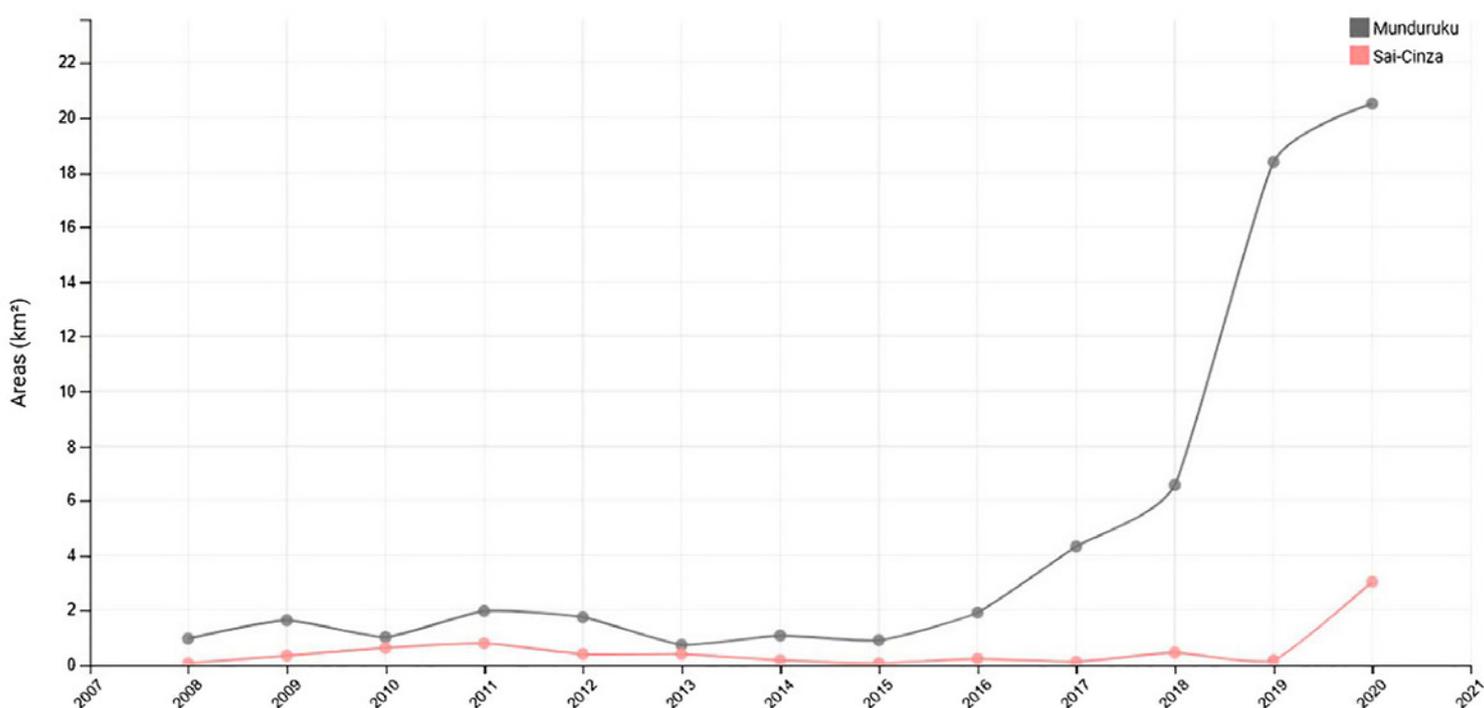
O povo Munduruku e o cerco do ouro

O povo Munduruku ocupa tradicionalmente, há séculos, o vale do Tapajós, no sudoeste do Pará (além de outras áreas). Nessa região, somam mais de 14 mil indivíduos, habitando duas reservas e quatro terras indígenas (TIs) entre os municípios de Itaituba, Trairão e Jacareacanga. Próximas a esse último município, no alto curso do Tapajós, estão localizadas as TIs Munduruku e Sai Cinza, foco deste relatório. Em ambas as terras há comunidades Munduruku e indígenas em isolamento voluntário (e na TI Munduruku há, ainda, famílias Apiaká). Há também, nesses territórios, sítios arqueológicos reconhecidos por especialistas, além de lugares considerados sagrados pelos indígenas.

As TIs Munduruku e Sai Cinza são vizinhas e têm, ambas, quebrado recordes de desmatamento nos últimos anos, em função de exploração garimpeira – atividade considerada ilegal dentro de terras indígenas, uma vez que a Constituição Federal protege essas áreas, demandando que a lavra mineral no interior delas seja objeto de regulamentação específica, segundo o § 3º do artigo 231, o que não ocorreu. Em 2019, a TI Munduruku – que tem uma área de 2.382.000 ha – foi considerada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) a 6ª terra indígena com maior desmatamento acumulado, chegando a perder 1.835 ha de floresta para a atividade garimpeira. Segundo o mesmo órgão, em 2020 o desmatamento nessa TI chegou a 2.052 ha. Quanto à TI Sai Cinza (que tem 126 mil hectares de área total), o INPE indica que entre

“O garimpo está dividindo nosso povo, trazendo novas doenças, contaminando nosso povo com mercúrio, trazendo drogas, bebidas, armas e prostituição. E ganância. Alguns parentes cegos com o brilho do ouro, estão fazendo o jogo sujo dos daydu, e publicamente afirmando que o povo Munduruku é a favor de garimpo e da mineração. Vamos repetir: suas palavras estão cheias de dapxim – cheias de ódio e mentira.” (MUNDURUKU, 2019a)

Desmatamento anual na TI Munduruku e TI Sai-Cinza



Fonte: Inpe/Prodes, 2020.

2019 e 2020 houve um salto de 16 para 304 hectares desmatados (INPE, 2020).

O surto de garimpo que incidiu sobre os territórios Munduruku em 2020 (como em outras TIs da Amazônia e em outras terras brasileiras) está diretamente ligado ao aumento do preço do ouro que, por sua vez, se relaciona inequivocamente à pandemia de Covid-19, pelo caráter mais seguro que esse metal apresenta enquanto um ativo financeiro frente à volatilidade dos preços das moedas.

Além do vertiginoso aumento do desmatamento, e da pressão sociopolítica da ‘corrida’ propriamente dita, sobre as comunidades Munduruku – que intensificou conflitos e fez aumentarem as ameaças de morte a lideranças contrárias à atividade –, a articulação entre pandemia e garimpagem tem trazido efeitos à saúde dos indígenas. Estes explicam que a circulação de garimpeiros pelas TIs (conjugado ao aliciamento de indígenas para a atividade) tem contribuído diretamente para a disseminação de Covid nas aldeias.

Foram mais de 30 vítimas Munduruku de Covid-19 entre 2020 e 2021 – conforme dados organizados pela Associação de Mulheres Munduruku Wakoborün (ver também SALES, 2020). Desde o início da pandemia, as organizações desse povo tomaram medidas próprias para combater a doença nos seus territórios: criação de barreiras sanitárias e fixação de avisos nas entradas de aldeias; produção de informativos sobre a pandemia na língua nativa; expedições de saúde em diálogo com os pajés; e várias denúncias a órgãos como MPF, DPU, Funai, STF, além da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da relatora da ONU sobre direitos dos povos indígenas.

Também se relacionam à exploração garimpeira os surtos periódicos de malária que acometem os territórios Munduruku do alto Tapajós. No processo de garimpagem são criadas várias piscinas de água paradas, altamente propícias para a proliferação do anopheles, mosquito transmissor da doença. São alarmantes os números de casos de malária entre os Munduruku do alto e médio Tapajós, registrados pelo Pólo Base do Dsei Rio Tapajós, no período de 2018 a 2020. De 645 casos em 2018, passou-se a 1.666 casos em 2019, chegando a 3.264 casos em 2020 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Ou seja, o número de casos quintuplicou entre 2018 e 2020, o que pode estar ligado ao avanço do garimpo nas TIs – e, com ele, o aumento acelerado do desmatamento. Além disso, Jacareacanga esteve, em 2019, entre os municípios brasileiros com maior incidência de malária, segundo o índice IPA (Incidência Parasitária Anual), utilizado pela OMS e pelo Ministério da Saúde.

Vale notar, também, que há possíveis interações entre malária, Covid-19 e contaminação por mercúrio a serem estudadas. Esta última é, possivelmente, o mais crítico e complexo dano à saúde dos indígenas provocado pela garimpagem de ouro nas TIs. Estudado desde o final da década de 1980, o problema da contaminação da população do vale do Tapajós por mercúrio está historicamente no centro dos debates sobre a atividade ga-

“Nós caciques, lideranças, guerreiros, guerreiras, estamos – nós mesmos – fazendo a fiscalização de nosso território. Já começamos o ano [2021] agindo por conta própria, é a nossa segunda fiscalização, porque estamos cansados de esperar e nada ser feito. As ameaças só aumentam e a invasão da garimpagem ilegal pela região do Rio Cururu, que avisamos ao MPF há um mês, está acontecendo com a data marcada. Os garimpeiros entraram nos igarapés que bebemos água e que pescamos nossos peixes.” (MUNDURUKU, 2021a)

Casos e IPA de malária nas Terras Munduruku do Médio e Alto Tapajós

Polo Base	N. de Casos	IPA
JACAREACANGA	151	112,7
SAI CINZA	33	18,3
KATÕ	28	18,7
SANTA MARIA	68	120,4
TELES PIRES	39	56,9
ITAITUBA	6	4,4
WARO APAMPU (POST MDK)	17	19,3
MISSÃO CURURU	128	101,0
RESTINGA	70	73,6
CAROÇAL DO RIO DAS TROPAS	105	96,7
TOTAL	645	
PERÍODO: 01/01/2019 – 31/12/2019		
Polo Base	N. de Casos	IPA
JACAREACANGA	553	393,0
SAI CINZA	206	110,2
KATÕ	99	64,3
SANTA MARIA	23	39,8
TELES PIRES	29	40,5
ITAITUBA	4	2,9
WARO APAMPU (POST MDK)	97	106,5
MISSÃO CURURU	121	91,7
RESTINGA	65	66,0
CAROÇAL DO RIO DAS TROPAS	469	417
TOTAL	1.666	
% DE AUMENTO (2018-2019)	158, 30%	
PERÍODO: 01/01/2020 – 31/12/2020		
Polo Base	N. de Casos	IPA
JACAREACANGA	430	320,7
SAI CINZA	890	468,7
KATÕ	814	518,8
SANTA MARIA	115	193,6
TELES PIRES	151	206,3
ITAITUBA	2	1,3
WARO APAMPU (POST MDK)	271	291,1
MISSÃO CURURU	212	156,9
RESTINGA	277	273,2
CAROÇAL DO RIO DAS TROPAS	102	86,0
TOTAL	3.264	
% DE AUMENTO (2019-2020)	95, 92%	
% DE AUMENTO (2018-2020)	406,01%	

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do Dsei Rio Tapajós (SESAI), via LAI.

rimpeira. No entanto, só a partir dos anos 2000 passou-se a atentar para a incidência dessa questão sobre os Munduruku. No que diz respeito às interações potenciais com as doenças supracitadas, a contaminação pelo metal pode aumentar a probabilidade de infecção por malária, pois a resistência ao parasita é prejudicada e o desenvolvimento de imunidade é comprometido (EAGLES-SMITH et al. 2018, p.185). Além disso, essa doença aparece entre as comorbidades que podem agravar quadros de Covid-19, segundo estudos realizados em julho de 2020 (REDE PRÓ-YANOMAMI E YE'KWANA, 2020).

A forma mais perigosa que o mercúrio toma no organismo humano é o metilmercúrio (MeHg), que tem excepcional capacidade de bioacumulação

e biomagnificação, além de atravessar a barreira hematoencefálica, a placenta e a glândula mamária, afetando o sistema nervoso de adultos e também de recém-nascidos.

É comum que se atribua a descarga de mercúrio elementar em rios (após ser usado para separar o ouro de outros sedimentos minerados) como a origem de contaminação por metilmercúrio em áreas minadas. Em 2018, foi estimado por perícia que a garimpagem despeja no Tapajós sete milhões de toneladas de rejeitos por ano, sendo o mercúrio parte expressiva desses rejeitos (GEISER, 2018). Depois de liberado no rio, o mercúrio é metilizado por bactérias, transformado ao metilmercúrio e eventualmente transportado na cadeia alimentar. Embora isso represente uma das fontes de contaminação, existem outros caminhos pelo qual o metilmercúrio entra nos rios amazônicos. Por exemplo, a atividade garimpeira juntamente a outras atividade antrópicas que causam desmatamento, ao remover o solo dos rios e causar erosão, iniciam um processo pelo qual o mercúrio já presente no solo é liberado e disponibilizado para se transformar em metilmercúrio (ROULET et al., 1998; TELMER et al., 2006; JENNINGS, 2020). Chama a atenção também de que os solos amazônicos têm uma das maiores concentrações de mercúrio do mundo (ROULET et al., 1998; WASSERMAN et al., 2003).

A exposição das populações amazônidas em geral e dos Munduruku em particular ao metilmercúrio deriva principalmente da ingestão de peixes contaminados. No estudo feito por Basta e Hacon (2020) com 200 pessoas do povo Munduruku, na TI Sawre Muybu (médio Tapajós, município de Itaituba), “foram detectados níveis de mercúrio em todos os participantes, sem exceção – adultos, crianças e idosos. Em geral, níveis de mercúrio acima de limites seguros foram detectados em seis a cada dez participantes (57,9%)” (p.1). No estudo realizado em 2019 por Meneses et al. (no prelo), em comu-



Garimpo ilegal na região próxima ao rio Kaburuá, em 2018 (foto feita por drone na TI Munduruku)



Garimpo ilegal tipo bico de jato dentro da TI Munduruku

nidades Munduruku do alto Tapajós, notou-se que 99,09% das pessoas estudadas apresentou níveis de mercúrio superiores ao limite do aceitável no sangue ($10\mu\text{g/L}$) – com 53,6% mostrando níveis entre $50\text{-}100\ \mu\text{g/L}$ (MENESES ET AL., no prelo). Tanto neste estudo como no citado acima, as pessoas que mostram os níveis mais altos de metilmercúrio no corpo são aquelas que moram nas áreas mais afetadas pelo garimpo.

Histórico e atores na destruição

Desde o início da exploração aurífera no vale do Tapajós (no final da década de 1950), essa atividade passou por intensas transformações tecnológicas. Da garimpagem manual em aluviões (realizada de maneira mais ou menos individual, em sua maioria por ex seringueiros), o garimpo passou a se mecanizar entre as décadas de 1970 e 1980, com alterações tanto na forma de produção como na organização social da atividade, chegando nos anos 2000 com um perfil mais empresarial ou de mineração de pequeno porte (TORRES, 2016). Como não poderia deixar de ser, essas transformações têm ligação íntima com os contextos sociopolíticos e econômicos nos quais elas se deram – com destaques para os picos históricos no preço do ouro, que impulsionaram a conhecida corrida da década de 1980 e os surtos de garimpagem em 2008 e 2016, por exemplo.

Da primeira para a segunda década dos anos 2000, a garimpagem no leito dos rios adotou dragas escariantes, para alcançar mais profundidade na perfuração. Já os garimpos de terra firme passaram a utilizar retroescavadei-

ras (popularmente conhecidas como PCs), além dos “bicos jatos” para desmanchar barrancos. Esse salto tecnológico – que também representou um salto na capacidade de exploração e de degradação das áreas de garimpo – se deu principalmente depois do reaquecimento do preço do ouro em 2008 e do surgimento de um mercado de aluguéis de PCs (WANDERLEY, 2015). Como as dragas, essas máquinas são extremamente caras; atualmente são vendidas por um valor que vai de 500 mil a um milhão de reais cada.

Este último dado fornece uma pista sobre o perfil socioeconômico dos donos de garimpo nos dias de hoje. Trata-se de uma classe distinta dos garimpeiros: são de fato empresários, que tiveram, por exemplo, capacidade de repor em questão de dias as retroescavadeiras destruídas em operações de fiscalização das TIs Munduruku e Sai Cinza (em 2018 e 2020). Esse fato foi testemunhado e relatado pelos indígenas, que inclusive vêm denunciando ao poder público, há anos, quem são, onde estão e como operam os principais grupos por trás dos garimpos que funcionam ilegalmente em suas terras. Apesar de bem conhecido na região do Tapajós (não apenas em Jacareacanga, mas também em Itaituba, Novo Progresso e alhures), um desses grupos só teve o seu envolvimento com a atividade ilícita na TI Munduruku exposto publicamente, de maneira expressiva, em 2020. Trata-se dos Boi na Brasa, uma família conhecida por alguns como “facção criminosa” (TUBINO, 2020), alvo da operação Bezerro de Ouro I, realizada em agosto de 2020 com o intuito de desarticular sua organização – que promoveu, na região da Flona Crepori (vizinha à TI Munduruku), danos ambientais estimados em oito milhões de reais.

Donos de fazendas e de outros imóveis em diferentes municípios da região, os Boi na Brasa têm articulado um pesado esquema de aliciamento de indígenas por meio de pagamento de valores em dinheiro, doação de equipamentos de garimpo e entrega de cestas básicas, entre outros – conforme indicam as fontes locais. Há também suspeitas, por parte de informantes da região, de que estejam por trás de diversos protestos a favor da regularização da garimpagem em terras indígenas, segundo lideranças Munduruku.

“O garimpo move tudo” no Tapajós, chegou afirmar Wescley Tomaz, vereador de Itaituba pelo MDB reeleito em 2020 e um dos nomes de destaque do lobby pró-garimpo nos últimos anos, junto com veteranos como José Altino Machado (famoso por ter incitado, nos anos 1980, uma invasão garimpeira à TI Yanomami), Antônio da Justa Feijão (ex deputado, preso em 2017 por acusações de ter chefiado venda de licenças de mineração no Amapá), Vilélu Inácio de Oliveira (empresário ligado aos garimpos do Tapajós) e Dirceu Sobrinho, presidente da Associação Nacional do Ouro e conhecido por acumular denúncias do MPF do Pará e do Amazonas (PRAZERES, 2019).

Além desses nomes, destacam-se também figuras como Roberto Katsuda, dono da loja da Hyundai que abastece os garimpos da região e aliado

“Já avisamos uma vez e vamos avisar novamente que o grupo Boi na Brasa continua aliciando os parentes. Agora estão passando de helicóptero nas aldeias e colhendo assinaturas para poderem invadir outras áreas. Tem três anos que denunciamos esse mesmo grupo e muito pouco foi feito. Eles continuam dentro do nosso território. Ainda, pastores evangélicos estão colaborando com as invasões e inventando mentiras para o nosso povo. São constantes as ameaças às lideranças que são contra as invasões na terra. Somos contra o papel dos pastores da igreja evangélica que vem colaborar com a entrada do garimpo e só querem o lucro e não o bem de nossa comunidade.” (MUNDURUKU, 2021a)

político de Valmir Climaco, prefeito de Itaituba (MDB) e também dono de garimpo. Como Climaco, outros políticos implicados nesse contexto têm trajetórias públicas que se confundem ao envolvimento com a garimpagem no Pará. Um caso emblemático, nesse sentido, é o do senador Zequinha Marinho (PSC/PA), que junto com o deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA) tem sido um aliado de peso dos grupos pró-garimpo – e responsável, em grande medida, pelo fácil acesso que esses grupos tiveram ao Palácio do Planalto depois que Jair Bolsonaro assumiu a presidência (SENADO FEDERAL, 2019).

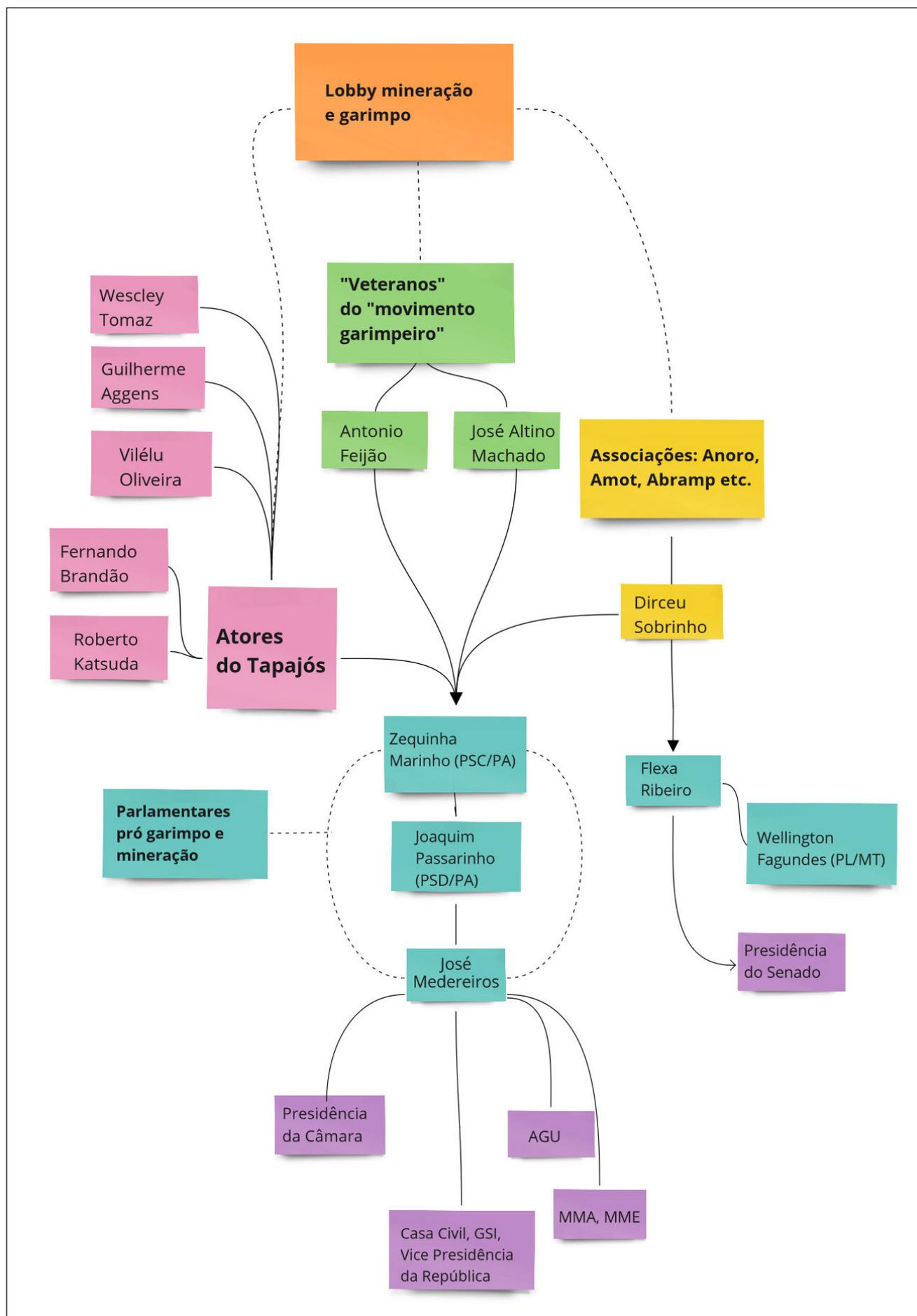
Com efeito, tanto no Tapajós como alhures o poder econômico e político giram em torno da garimpagem; trata-se de um aspecto que se soma ao lugar particular que o oeste paraense ocupa no xadrez do lobby garimpeiro atual, contribuindo para a composição de um contexto marcadamente complexo. Se em décadas anteriores eram regiões de Rondônia e Roraima as referências nesse sentido, hoje é o Tapajós que está no centro do debate sobre a atividade garimpeira e seus limites nas áreas protegidas – a ponto do então presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), ter prometido a Katsuda, Tomaz e outros que visitaria a região no final de 2020 (o que acabou não acontecendo). Embora haja, sem dúvida, matizes diversos nos interesses em jogo, esses e outros representantes das frentes pró-garimpo têm em comum com o lobby da mineração, desde o início do governo Bolsonaro, o interesse na liberação das terras indígenas para a exploração mineral. Que se trata de um tema caro ao presidente, tanto em termos de dívida de campanha (ANGELO, 2020; MCEVOY et al., 2020) quanto de agenda política, é algo bem sabido – sobretudo depois de enviado à Câmara o PL 191/2020, que tem entre seus objetivos justamente a regularização da mineração em TIs.

Como outras 37 proposições legislativas, o projeto de Bolsonaro visa regulamentar o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição Federal, permitindo a um só tempo a pesquisa, a lavra e o aproveitamento hidrelétrico e petrolífero em TIs. E, ao fazê-lo, prescinde completamente do processo de consulta livre, prévia e informada às comunidades potencialmente afetadas pela proposição – consulta obrigatória, que a Convenção 169 da OIT obriga o Brasil e os demais países signatários a cumprir.

Vale recordar que, além dos conflitos envolvendo garimpos em TIs, há um expressivo número de exemplos emblemáticos dos impactos da mineração por grandes empresas em povos indígenas no Brasil. No caso dos garimpos destaca-se o massacre de Haximu, na TI Yanomami (embora este, com 16 mortos, esteja longe de ser o único episódio de violência promovida por garimpeiros contra indígenas, tanto nessa como em outras terras). Entre os impactos da mineração por empresas pode-se citar, por exemplo, o povo Gavião, atingido pelo Complexo Minerador de Carajás, da Vale do

“Estamos manifestando há 3 semanas contra as invasões do nosso território. Estamos recebendo muitas ameaças por seguir na defesa da nossa casa, nosso território. Estamos vendo que os pariwat (não indígenas) querem tomar mesmo a nossa casa. Nós nunca invadimos a casa de vocês. Vocês estão desrespeitando a autoridade dos nossos caciques, cacicas, guerreiras, guerreiros, pajés e lideranças. Por isso fechamos a estrada de Jacareacanga. Para continuar a manifestação contra a regulamentação da mineração em terra indígena e pela saída imediata dos pariwat garimpeiros das nossas terras.” (MUNDURUKU, 2019c)

Articulação entre atores do lobby da mineração e do garimpo, parlamentares pró-mineração e garimpo e Executivo federal



Rio Doce; os Xikrin, na região de Ourilândia do Norte, afetados pela mesma empresa; e ainda os Krenak, vítimas do desastre da Samarco/Vale/BHP (Broken Hill Proprietary Company).

A apresentação do PL 191/2020 (e seus efeitos no xadrez político) insere-se num conjunto mais amplo de investidas do governo Bolsonaro contra as terras indígenas e os órgãos ambientais. Este conjunto vai, por exemplo, das manobras administrativas para permitir arrendamento de terras até o esvaziamento orçamentário do Ibama, passando pelo embate com o INPE a respeito dos dados do desmatamento na Amazônia, ou ainda pelo uso indevido, pelas Forças Armadas, de recursos públicos para tratar desse problema.¹ Não há esforço algum, por parte do Executivo federal, para esconder a orientação bolsonarista contrária à proteção de terras indígenas, unidades de conservação e áreas afins. Também está explícita a continuidade do discurso militar assimilacionista que vigorou na década de 1970 a respeito dos povos indígenas em geral, e das populações amazônicas em particular, e o posicionamento dos generais que estão à frente do governo Bolsonaro.

"Os nossos índios (sic) hoje vivem em terras ricas e como mendigos", afirmou o vice-presidente Hamilton Mourão no turbulento contexto da suspensão (posteriormente revista) da operação Pajé Brabo II, em agosto de 2020, voltada para fiscalização e combate à exploração aurífera ilegal nas TIs Munduruku e Sai Cinza (EM, 2020). Projetada para ser uma mega ação, a Pajé Brabo II acabou frustrada por um vazamento de informações que deixou os garimpeiros de sobreaviso e permitiu que eles escondessem os equipamentos antes da chegada da Polícia Federal (G1 Pará, 2020).

Foi nesse contexto que se deu um imbróglio de proporção federal, com sucessivas interferências do Ministério da Defesa e com a passagem do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles por Jacareacanga — ocasião em que defendeu a atividade ilegal, saindo da cidade com uma comitiva de garimpeiros, que transportou para Brasília num avião da FAB. Frente aos problemas da Pajé Brabo II e suas repercussões, ainda naquele mês de agosto foi realizada a Bezerra de Ouro II, desta vez dentro das terras indígenas. Houve destruição de máquinas de garimpo, mas não em quantidade expressiva o suficiente para conter a atividade — conforme indicaram às pesquisadoras os indígenas, que continuaram a observar o trânsito de embarcações com retroscavadeiras, combustível e outros materiais próprios para a exploração aurífera (comunicação pessoal).

"Estamos muito bravas e tristes e desapontadas com as autoridades como Funai, Ibama e Icmbio que deveriam ajudar a proteger nossas terras mas deixaram cair nas mãos dos garimpeiros pariwats. [...]. Há cinco anos o Movimento Ipe-reğ Ayū e mulheres que agora se organizam na associação Wakoborūn estão denunciando os males do garimpo que está causando para o nosso povo. Como não recebemos apoio de nenhum órgão, nós mesmos decidimos fiscalizar e proteger nossa terra. Já fizemos ação na aldeia PV e no rio Kaburuá aonde queimamos máquina de garimpeiro." (MUNDURUKU, 2018b)

¹ Sobre o último ponto ver, por exemplo, o artigo "Puxadinho militar com dinheiro da Amazônia", em <https://piaui.folha.uol.com.br/388206-2/>. Sobre o arrendamento, ver "Instrução do governo abre espaço para fazendeiros em terras indígenas", em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-Valente/2021/02/24/portaria-funai-empreendimentos-indigenas.htm?cmid=copiaecola>, acesso em 04/03/21.

O enredo é praticamente o mesmo da operação Pajé Brabo I, realizada em abril de 2018 na TI Munduruku: ainda que tenham sido mobilizadas diferentes instituições e um grande número de agentes, os esforços não foram suficientes para atingir os garimpos e seus donos a ponto de interromper as atividades. Por outro lado, os efeitos sobre os conflitos locais foram imediatos, intensificando as ameaças que as lideranças Munduruku contrárias à exploração aurífera já vinham sofrendo. No mesmo período de 2018, duas dessas lideranças solicitaram ingresso no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), política federal então vinculada à Secretaria de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos. Mas a assistência, por parte do programa, estava muito aquém da realidade e das necessidades das lideranças, que não receberam um acompanhamento de fato; pouco mais de um ano depois, elas solicitaram seu desligamento do programa. Com o convênio firmado entre o governo do Pará e uma ONG para executar esse programa no estado, espera-se que as lideranças ameaçadas possam receber o amparo necessário.

Assim como essas lideranças, diversas outras mulheres e homens das associações e demais organizações do povo Munduruku estão empenhados, há décadas, na proteção dos seus territórios no alto e médio Tapajós, atuando em diferentes frentes complementares: regularização fundiária das

Guerreiros e guerreiras Munduruku preparados para fiscalização autônoma do território, 2018





Cacique Juarez Saw e comitiva de 50 Munduruku em entrevista coletiva sobre garimpo, mineração e megaprojetos (UnB, 2019)

terras indígenas; combate às invasões e atividades extrativas predatórias e ilegais no interior dessas áreas; resistência ao que chamam de projetos de morte (empreendimentos como hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, portos e demais obras de logística); oposição a projetos de lei e demais proposições normativas que visam enfraquecer a proteção às terras indígenas e os direitos originários dos povos que nelas habitam, de maneira geral; e fortalecimento interno das comunidades e das organizações do seu povo (cf. LOURES, 2017; MOLINA, no prelo).

Luta e autodeterminação Munduruku

A experiência dos Munduruku com a questão da exploração aurífera em seus territórios, desde a década de 1960, é de, por um lado, vivenciar “várias tragédias”, e, por outro, manter uma incansável luta (LOURES, 2017). Essas sucessivas tragédias tiveram ligação direta, na segunda metade do século XX, com a transição da exploração de seringa para a de ouro, e com a atuação tanto de comerciantes quanto de missionários, além dos próprios órgãos indigenistas (primeiro o SPI e depois a Funai). No que diz respeito a esse último ponto destaca-se o fato de que, em 1986 (período da famosa “corrida do ouro na Amazônia”), a Funai chegou a enviar um técnico para estudar as possibilidades de instalar na área um maquinário de garimpo denominado “chupadeira” (FUNAI, 1986). Além disso, há registros da atuação de um Posto Indígena (PI) da Funai como um dos principais pontos de venda de ouro no alto Tapajós (BURKHALTER, 1982).

Há também diferentes frentes de atuação dos Munduruku no que toca às lutas contra a devastação promovida pelo garimpo no alto Tapajós: de-

“Nós soubemos que o presidente da Funai deu licença para a CPRM fazer exploração mineral na nossa terra. [...] Não aceitamos nenhuma companhia em nossa área e por isso pedimos ao presidente Sarney para ele nos ajudar. Excelência, queremos viver em paz.”

núncias ao poder público, à sociedade nacional e a órgãos internacionais; organização de atos, reuniões e encontros sobre o tema; e expedições autônomas de vigilância dos territórios. As denúncias remontam pelo menos a 1987, quando os Munduruku enviaram uma carta ao então presidente José Sarney. No que tange aos atos, reuniões e encontros, vale destacar que em 2018 foi realizada, na aldeia Praia do Índio, por iniciativa das organizações de base do povo Munduruku e dos seus vizinhos beiradeiros no médio curso do rio (das comunidades de Montanha e Mangabal), uma audiência pública sobre exploração aurífera no Tapajós e os seus impactos, que contou com cerca de 300 participantes, entre indígenas, beiradeiros, pesquisadores, o MPF, o ICMbio, a Funai e parceiros. Destaca-se também a jornada de protestos e manifestações contra a proposta de regularizar a mineração e os garimpos em TIs, levada a cabo pelos Munduruku em Jacareacanga, Itaituba e Brasília, entre setembro e dezembro de 2019 (ANGELO, 2019; CIMI, 2019a, 2019b, 2019c).

Quanto às ações autônomas de proteção territorial — que precisaram ser executadas pelos próprios indígenas, por conta da morosidade e da ineficácia da resposta do poder público —, destacam-se de partida aquelas organizadas pelas diversas associações e demais organizações desse povo, que têm sido realizadas desde 2014. Em 2018, por exemplo, foram quatro as expedições com essa finalidade, inclusive com destruição de maquinário. Na primeira dessas ações, relatada na imprensa (MAISONNAVE, 2018), os Munduruku chegaram a contar que a PV, uma de suas aldeias, “não existe mais”:

O garimpo é controlado pelos pariwat [não indígenas] que pagam parentes para vigiar suas máquinas. A aldeia PV é hoje o principal ponto de doenças e invasões do nosso território, lá tudo é controlado pelos pariwat, a pista de pouso que existia para que o atendimento à saúde pudesse chegar até os moradores foi mudada de lugar, porque atrapalhava o garimpo. Os pariwat estão armados e deram armas para os parentes defenderem eles. (MUNDURUKU, 2018c)

Em janeiro de 2021 deu-se início a mais uma série de expedições de fiscalização nas TIs Munduruku e Sai Cinza. Realizadas por sete organizações Munduruku, essas ações fazem parte das estratégias de proteção autônoma das TIs, deliberadas na chamada Assembleia da Resistência, que reuniu na aldeia Waro Apompu, em dezembro de 2020, mais de 200 pessoas. A partir da segunda expedição de 2021, que se deu no início de março, a tensão na região se intensificou; cientes de que um grupo de garimpeiros pretendia romper a última fronteira da exploração mineral na TI Munduruku (a área do rio Cururu), os indígenas mobilizaram dezenas de homens, mulheres e crianças para impedir o avanço das balsas que transportavam tratores de pá

“Vamos continuar independentes na proteção de nosso território. Mesmo se não tivermos resposta, vamos continuar guerreiras, guerreiros, caciques e pajés. Seguimos nossa luta com ajuda dos nossos espíritos que nos guiam e dos nossos pajés, nossas organizações do povo Munduruku que estão juntas na defesa do território. Defendemos nosso território porque os nossos espíritos são relacionados com a terra, rio, floresta, animais e peixes, além disso existe uma grande farmácia aberta para os tratamentos de diversas doenças. Terra protegida também é o Grande professor para aprender tudo que têm nela.” (MUNDURUKU, 2021b)

carregadeira para a área do igarapé Baunilha, porta de entrada do Cururu (MUNDURUKU, 2021b, 2021c). Paralelamente, notificaram os órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção da TI e de suas comunidades. No dia 16 desse mesmo mês, o MPF protocolou na Justiça Federal em Itaituba (PA) um pedido urgente para que as forças federais impedissem o avanço da invasão de garimpeiros na região (MPF, 2021a).

“O movimento dos garimpeiros está sendo monitorado por helicópteros e indica uma ação orquestrada de grupos criminosos em associação com a pequena parcela de indígenas que atuam a favor do garimpo”, afirmou o MPF na ocasião (op. cit.). Embora tenha sido explicitado pelo órgão o risco de conflito iminente — uma vez que os invasores estavam fortemente armados, ameaçando os Munduruku contrários à mineração (cf. MPF, 2021a) —, não foram tomadas pelos órgãos competentes as medidas necessárias para conter o avanço dos garimpeiros e evitar o conflito. Por isso, em 22 de março foi aberta, também pelo MPF, uma apuração sobre a ocorrência de improbidade administrativa por parte de autoridades que deveriam ter agido para evitar a invasão das terras dos Munduruku (MPF, 2021b). Três dias depois, um grupo de garimpeiros ilegais e uma minoria de indígenas aliciados atacou, em Jacareacanga, a sede das organizações Munduruku contrárias à mineração, destruindo móveis, documentos e depredando a fachada do prédio (MPF, 2021d). Os indígenas relataram às pesquisadoras que a tensão na re-

Crianças Munduruku com placa feita para a fiscalização autônoma do território, 2021



gião havia chegado a patamares inéditos, com a notável escalada do acesso a armamentos por parte dos garimpeiros, somada a um discurso de ódio contra as organizações que atuam contra as invasões às TIs.

Aliciamento de indígenas, propagação de doenças, disseminação do uso de bebidas alcoólicas, prostituição das mulheres Munduruku, doenças sexualmente transmissíveis, tráfico de armas e exploração do trabalho infantil são alguns dos impactos da garimpagem realizada ilegalmente dentro das TIs Munduruku e Sai Cinza, conforme vem sendo denunciado pelos indígenas e historicamente registrado, inclusive, em relatório da Funai (1973).

Finalmente, o que deve ser dito a respeito desses impactos e dos problemas conexos é: não se deve supor que as observações contidas neste relatório tenham qualquer primazia em relação às posições dos próprios indígenas. É crucial e prioritário, para qualquer aferição desses efeitos e impactos, seguir as determinações dos Munduruku, como aquelas expressas no seu protocolo de consulta (MUNDURUKU, 2014). Isso vale também em relação à implementação ou à regulamentação de qualquer atividade que incida nas terras indígenas, incluindo proposições como o PL 191/2020.



Manifestação na Audiência da Subcomissão Permanente de Mineração da Câmara dos Deputados, 2019

Cartas e documentos do povo Munduruku do Alto e Médio Tapajós

MUNDURUKU. **Carta pedindo a retirada das mineradoras dentro do território.** Aldeia Missão São Francisco Cururu, Dez. 1987.

MUNDURUKU. **Protocolo de consulta Munduruku.** Itaituba: Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ, Associação Da'uk, Pusuru, Wuyxaximã, Kerepo e Pahyhyp, 2014a.

MUNDURUKU. **Carta sobre fiscalização autônoma e retirada de garimpeiros na TI Munduruku.** Aldeia Caroyal Rio das Tropas: Movimento Ipereğ Ayũ, 21 de Jan. 2014b.

MUNDURUKU. **Carta do povo Munduruku ao Comitê de Direitos Humanos da ONU.** [S.I.], 1 de Out. 2015a.

MUNDURUKU. **IX Carta do Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ sobre violência em Jacareacanga.** Jacareacanga: Movimento Ipereğ Ayũ. Disponível em: <https://cimi.org.br/2014/05/36058/>. 15 de Mai. 2015b.

MUNDURUKU. **I Carta da Autodemarkação do Território Daje Kapap Eipi.** Disponível em: <https://movimentoiperegayu.wordpress.com/2014/11/18/carta-da-auto-demarcacao/>. Nov. 2015c.

MUNDURUKU. **Carta: Essa é a razão da nossa luta por território.** Terra Indígena Sawre Muybu. Autoria: Jairo Saw. Disponível em: <https://autodemarcacaonotapajos.wordpress.com/2015/05/04/essa-e-a-razao-da-nossa-luta-por-territorio/>. Mai. 2015d.

MUNDURUKU. **Carta do povo Munduruku à Fundação Oswaldo Cruz.** Sawre Muybu: Associação Pariri, 16 Jun. 2017a.

MUNDURUKU. **Carta sobre a atuação do José Altino Machado nas terras Munduruku.** Associação Pariri. Disponível em: <https://www.facebook.com/AlPariri/photos/nós-ind%C3%ADgenas-do-povo-Munduruku-do-médio-e-alto-rio-tapajós-viemos-responder-o-a/2057685411198012/>. 20 de Dez. 2018a.

MUNDURUKU. **3º comunicado das mulheres Munduruku sobre a fiscalização contra garimpo.** Rio das Tropas: Movimento Ipereğ Ayũ, Associação Wakoborũn. Disponível em: <https://movimentoiperegayu.wordpress.com/2018/04/03/3o-comunicado-das-mulheres-munduruku-sobre-a-fiscalizacao-contragarimpo/>. 2 de Abr. 2018b.

MUNDURUKU. **Comunicado para autoridades ambientais e MPF, FUNAI.** Jacareacanga: Movimento Ipereğ Ayũ. Disponível em: <https://movimentoiperegayu.wordpress.com/2018/01/18/comunicado-para-autoridades-ambientais-e-mpf-funai/>. 17 de Jan. 2018c.

MUNDURUKU. **Pedido de desculpas à mãe dos rios – Idixidi (Rio Tapajós).** Jacareacanga: Movimento Ipereğ Ayũ, 25 de Mar. 2018d.

MUNDURUKU. **Comunicado do povo Munduruku: o desgoverno do Brasil não fala pelo povo Munduruku.** Jacareacanga: Movimento Ipereğ Ayũ, Associação Wakoborũn, Associação Pariri, Associação Dace, Associação Wuyxaximã, Associação Pusuru, Associação Kurupsare, CIMAT. Disponível em: <https://movimentoiperegayu.wordpress.com/2019/09/27/comunicado-do-povo-munduruku-o-desgoverno-do-brasil-nao-fala-pelo-povo-munduruku/>. 27 de Set. 2019a.

MUNDURUKU. **I Carta Dos Caciques Munduruku.** Jacareacanga: Associação Pusuru, CIMAT. Disponível em: <https://movimentoiperegayu.wordpress.com/2019/10/08/ii-carta-dos-caciques-munduruku/>. 8 de Out. 2019b.

MUNDURUKU. **Comunicado do povo Munduruku: vamos continuar lutando.** Jacareacanga: Movimento Ipereğ Ayũ. Disponível em: <https://movimentoiperegayu.wordpress.com/2019/10/14/comunicado-do-povo-munduruku-vamos-continuar-lutando/>. 14 de Out. 2019c.

MUNDURUKU. **Carta dos caciques do alto e médio Tapajós contra PL 191.** Jacareacanga: Movimento Ipereğ Ayũ, Associação Wakoborũn, Associação Pariri, Associação Dau'k, Associação Arikico, Associação Wuyxaximã, CIMAT. Disponível em: <https://movimentomundurukuperegayuii.files.wordpress.com/2020/10/carta-dos-caciques-alto-e-medio-05-de-outubro.pdf>. 5 de Out. 2020a.

MUNDURUKU. **Carta da Assembleia de Resistência.** Aldeia Waro Apompu: Movimento Ipereğ Ayũ, Associação Da'uk, Associação Wayxaximã, Associação Arikico, Associação Wakoborũn, Associação Indígena Pariri, CIMAT. Disponível em: <https://movimentomundurukuperegayuii.wordpress.com/2020/12/20/assembleia-da-resistencia-aldeia-waropompu-15-a-18-dezembro-de-2020/>. 18 de Dez. 2020b.

MUNDURUKU. **Carta dos caciques do alto Tapajós sobre as fiscalizações dos órgãos competentes no território** (Documento protocolado no Ministério Público Federal, MPF). [S.I.], 9 de Agosto 2020c.

MUNDURUKU. **Carta de apoio a operação de fiscalização contra a atividade de garimpagem ilegal em nossa Terra Indígena Munduruku.** Jacareacanga: Movimento Ipereğ Ayũ, Associação Da'uk, CIMAT, Associação Arikico. Disponível em: <https://movimentomundurukuperegayuii.wordpress.com/2020/10/07/carta-de-apoio-a-operacao-de-fiscalizacao-contra-a-atividade-de-garimpagem-ilegal-em-nossa-terra-indigena-Munduruku/>. Set. 2020d.

MUNDURUKU. **Carta dos defensores de direitos humanos.** Documento protocolado no MPF, número do expediente: PRM - STM - PA - 0001110/2021 e PRM - IAB - PA - 00000609/2021. [S.I.], Dez. 2020e.

MUNDURUKU. Ofício nº 01/2020 protocolado no MPF, DPU, Funai – **Assunto: Prevenção e contenção de transmissão do Coronavírus (COVID-19) nas aldeias Munduruku do alto e médio Tapajós.** 2020f.

MUNDURUKU. **Manifesto Munduruku: estamos de luto!** Jacareacanga: Movimen-

to Ipereğ Ayũ. Disponível em: <https://movimentomundurukuiiperegayuii.wordpress.com/2020/06/02/manifesto-munduruku-estamos-de-luto/>. 2 de Jun. 2020g.

MUNDURUKU. **Carta do Povo Munduruku da região do rio Cururu, Anipiri, Rio Tapajós e Kajeredi para exigir o fechamento dos garimpos no Território Munduruku.** Jacareacanga: Movimento Ipereğ Ayũ, Associação Wakoborũn, CIMAT, Associação Arikico. Disp. em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2020/carta-munduruku.pdf>. 22 de Ago.

MUNDURUKU. **Carta sobre garimpo ilegal no Igarapé Baunilha (documento protocolado no MPF).** Número no expediente: PRM-STM-PA-00001110/2021 e PRM-IAB-PA-00000609/2021. 2021a.

MUNDURUKU. **Carta sobre fiscalização autônoma do garimpo ilegal no Igarapé Baunilha.** Disponível em: <https://movimentomundurukuiiperegayuii.wordpress.com/2021/03/14/nao-estamos-parados/>. 05 de Mar. 2021b.

MUNDURUKU. **Carta sobre II Fiscalização autônoma do garimpo ilegal no Igarapé Baunilha.** Disponível em: <https://movimentomundurukuiiperegayuii.wordpress.com/2021/03/22/ii-carta-fiscalizacao-igarape-baunilha/>. 21 de Mar. 2021c.

ASSOCIAÇÃO WAKOBORUN; PARIRI. **Report on human rights violations among the Munduruku people due to the Covid-19 crisis and the actions and inactions of the Brazilian federal government.** Pará, 19 de Jun. 2020a.

ASSOCIAÇÃO WAKOBORUN; PARIRI. **À comissão interamericana de direitos humanos – CIDH – OEA.** Pará, 19 de Jun. 2020b.

Referências bibliográficas

ANGELO, M. Como o lobby da mineração e do garimpo é recebido com prioridade dentro do Ministério de Minas e Energia. **Observatório da Mineração**, 27 de Fev. 2020. <https://observatoriodamineracao.com.br/como-o-lobby-da-mineracao-e-do-garimpo-e-recebido-com-prioridade-dentro-do-ministerio-de-minas-e-energia/>. Acesso em: 12 dec. 2020.

_____. Povo Munduruku denuncia o garimpo e a retomada de projetos na Amazônia. Inesc, 27 de Nov. 2019 Disponível em: <https://www.inesc.org.br/povo-munduruku-denuncia-o-garimpo-e-a-retomada-de-projetos-na-amazonia/>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

BASTA, P.C.; HACON, S.S. **Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia Oriental: Uma abordagem integrada saúde-ambiente: Aspectos Metodológicos e Resultados Preliminares.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz e WWF-Brasil, 2020. Nota técnica final.

BURKHALTER, S. B. **Amazon Gold Rush, Markets and the Mundurucu Indians.** Tese (Doutorado em Filosofia) – Columbia University, New York, 1982.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Comunicado do povo Munduruku: “Somos contra o garimpo e mineração em terra indígena”. **Conselho Indigenista Missionário**, 27 de Set. 2019a. <https://cimi.org.br/2019/09/comunicado-do-povo-munduruku-somos-contra-o-garimpo-e-mineracao-em-terra-indigena/>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

_____. Caciques Munduruku: “Não aceitamos que nenhum vereador fale sobre regularização de garimpo nas nossas terras”. **Conselho Indigenista Missionário**, 10 de Mar. 2019b. <https://cimi.org.br/2019/10/caciques-munduruku-afirmam-nao-aceitamos-que-nenhum-vereador-fale-sobre-regularizacao-de-garimpo-e-mineracao-nas-nossas-terras/>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

_____. Povo Munduruku bloqueia estrada no Pará em protesto contra mineração em terras indígenas. **Conselho Indigenista Missionário**, 14 de Nov. 2019c. <https://cimi.org.br/2019/10/povo-munduruku-bloqueia-estrada-no-para-protesto-contra-mineracao-terras-indigenas/>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

EAGLES-SMITH, C. et al. Modulators of mercury risk to wildlife and humans in the context of rapid global change. **Ambio**, v.47, p.170-197, 2018.

EM – Estado de Minas. Mourão defende garimpo em área indígena após fim da operação nas terras Munduruku. **Estado de Minas**, 7 de Ago. 2020. https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/08/07/interna_nacional,1174104/mourao-defende-garimpo-em-area-indigena-apos-fim-da-operacao-nas-terra.shtml. Acesso em: 23 de mar. 2020.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Processos**/Brasília/1411/86; /1776/82; 1777/82; 1548/75. 1986.

G1 - PA. MPF investiga vazamento de informações em operação de combate ao garimpo ilegal em terras indígenas no Pará. **Globo Pará**, 3 de Set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/09/03/mpf-investiga-vazamento-de-informacoes-na-operacao-paje-ii-de-combate-ao-garimpo-em-areas-protegidas-no-para.ghtml>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

GEISER. **Laudo de Perícia Criminal Federal n. 091/2018 – UTEC/DPF/SNM/PA**. Santarém, 12 de Jul. 2018. Disponível em: <https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/05/Laudo-pericial-Tapajós.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020. Laudo técnico final.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. Desmatamento – Amazônia Legal. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads>. Acesso em: 20 dez. 2020.

JENNINGS, E.S. **Monitoramento clínico e laboratorial dos níveis de mercúrio no povo Munduruku do Alto Tapajós**. In: Apresentação de devolução da pesquisa ao povo Munduruku. Santarém: Ministério Público do Estado do Pará, 2020.

LOURES, R. S. P. **Governo Karodaybi: o movimento Ipereğ Ayü e a resistência Munduruku**.

2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

MAISONNAVE, F. **Índios tentam fechar megagarimpo ilegal que polui rio no Pará.** Folha de São Paulo, 4 de Fev. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/02/indios-tentam-fechar-megagarimpo-ilegal-que-polui-rio-no-para.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MCEVOY et al. "Strategic Partners": Britain's secret lobbying of Bolsonaro for Big Pharma, Oil and Mining. **Brasil Wire**, 16 de Dez. 2020 Disponível em <https://www.brasilwire.com/strategic-partners-britains-secret-lobbying-of-bolsonaro-for-big-pharma-oil-and-mining/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

MENESES, H.N.M. et al. **Monitoramento Clínico e Laboratorial dos níveis de Mercúrio no Povo Munduruku do Alto Tapajós.** 2021. No prelo.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Malária 2020. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, Nov. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/03/boletim_especial_malaria_1dez20_final.pdf . Acesso em: 06 fev. 2021.

MOLINA, L. **A dádiva de Karosakaybu: terra e luta entre os Munduruku do Médio Tapajós.** Tese de Doutorado. UnB, Brasília. No prelo.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF pede atuação de forças federais para evitar conflito entre garimpeiros e indígenas em área Munduruku (PA). **MPF Pará**, [S.I.], 16 de Mar. 2021a. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pe-de-atuacao-de-forcas-federais-para-evitar-conflito-entre-garimpeiros-e-indigenas-em-area-munduruku-pa>. Acesso em: 1 de abr. 2021.

_____. MPF alerta que conflito entre garimpeiros e indígenas no Pará segue tenso, e que autoridades continuam inertes. **MPF Pará**, [S.I.], 20 de Mar. 2021b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-alerta-que-conflito-entre-garimpeiros-e-indigenas-no-para-segue-tenso-e-que-autoridades-continuam-inertes>. Acesso em: 1 de abr. 2021.

_____. MPF apura improbidade pelo descaso e omissão de autoridades contra invasão garimpeira em área indígena no Pará. **MPF Pará**, [S.I.], 22 de Mar. 2021c. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-apura-improbidade-pelo-descaso-e-omissao-de-autoridades-contrainvasao-garimpeira-em-area-indigena-no-para>. Acesso em: 1 de abr. 2021.

_____. Garimpeiros atacam sede de associação de mulheres indígenas contrárias à mineração ilegal no Pará. **MPF Pará**, [S.I.], 25 de Mar. 2021d. <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/garimpeiros-atacam-sede-de-associacao-de-mulheres-indigenas-contrarias-a-mineracao-ilegal-no-para/>. 1 de abr. 2021.

PRAZERES, L. Reunião de ministros com garimpeiros teve denunciado por compra de ouro

ilegal e invasor de terra ianomâmi. **Época**, 14 de Nov. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/reuniao-de-ministros-com-garimpeiros-teve-denunciado-por-compra-de-ouro-ilegal-invasor-de-terra-ianomami-24079391>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

REDE PRÓ-YANOMAMI E YE'KWANA. **Considerações sobre o recente missão interministerial e suas ações para conter a pandemia na Terra Indígena Yanomami**. [S.l.], 16 de Jul. 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nota_redeyy_cloroquina_16jul.pdf. Acesso em: 06 fev. 2021. Relatório técnico final.

ROULET et. al. Distribution and partition of total mercury in waters of the Tapajos River Basin, Brazilian Amazon. **The Science of the Total Environment**, v. 213, p. 203–21, 1998.

SALES, Y. Memórias da Pandemia – Em um mês, Covid-19 mata cinco guerreiros Munduruku. **De olho nos ruralistas**, 3 de Jun. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/06/03/memorias-da-pandemia-em-um-mes-covid-19-mata-cinco-guerreiros-munduruku/>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

SENADO FEDERAL. Zequinha Marinho apresenta reivindicações do setor de mineração. **Agência de notícias do Senado Federal**, 5 de Nov. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/05/zequinha-marinho-apresenta-reivindicacoes-do-setor-de-mineracao/#conteudoPrincipal>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

TELMER et al. The source and fate of sediment and mercury in the Tapajós River, Pará, Brazilian Amazon: Ground- and space-based evidence. **Journal of Environmental Management**, v.81, p.101-103, 2006.

TORRES, M. Um rio de muita gente: a luta comum de vidas plurais no vale do alto Tapajós. In: TORRES, M. et al. (org.). **OCEKADI: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós**. Brasília: International Rivers Brasil, 2016.

TUBINO, N. A Amazônia Saqueada. **Carta Maior**, 7 de Set. 2020. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/A-Amazonia-Saqueada/3/48661>. Acesso em: 05 jan. 2021.

WANDERLEY, L. J. M. **Geografia do ouro na Amazônia Brasileira: uma análise a partir da porção meridional**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

WASSERMAN et al. Biogeochemistry of mercury in the Amazonian environment. **Ambio: A Journal of the Human Environment**, v. 32, n. 5, p. 336-342, 2003.